

4 MASCULINIDADE

4.1 A masculinidade como objeto de estudo

Os estudos sobre a masculinidade surgiram com mais força, sobretudo, nos países anglo-americanos: Estados Unidos, Inglaterra e Austrália. Isso se deve, provavelmente, à ênfase dada nessas civilizações à virilidade, como se observa na história, arte e cultura desses países (Badinter, 1993). Os estudos científicos sobre o tema desenvolveram-se principalmente a partir de 1930. Mas, somente com o surgimento dos estudos de gênero nos anos 1960, decorrente dos movimentos feministas, é que a masculinidade começou realmente a ser problematizada e tornou-se um objeto de estudo mundial. Neste processo, o homem perdeu seu lugar de sujeito modelo dentro das ciências humanas e sociais, e tem-se revelado mais frágil do que se supunha.

Segundo Smiler (2004), que pesquisou os estudos psicológicos sobre homens nos Estados Unidos, o primeiro inventário psicológico de gênero publicado nos EUA foi o de Terman e Miles, em 1936. Neste, os conceitos de masculinidade e feminilidade eram concebidos como opostos, sendo o primeiro operacionalizado como poderoso, ativo, firme, forte, autoconfiante, com preferência por maquinaria, atletismo, trabalho autônomo e vida pública, e com um desgosto por estrangeiros, homens religiosos, mulheres mais espertas que eles, dança, jogos de adivinhação, solidão e mulheres magras.

Com a Segunda Guerra Mundial, surgem as teorias psicodinâmicas de identidade. Os estudos da masculinidade começam a estudar o desenvolvimento da identidade masculina, certos traços e atitudes inatos, condescendentes com o conceito singular de masculinidade vigente. O homem ideal surge como ativo, racional, forte e orientado à comunidade; aqueles que não apresentavam esta conduta, mostrando-se femininos ou hipomasculinizados, eram tidos como problemáticos. No entanto, se no início ser hipermasculino não era problema, com a Segunda Guerra Mundial esta característica transformou-se em fonte de agressividade, delinquência juvenil e obediência a autoridades ilegítimas (Smiler, 2004).

Década de 1970: a reação masculina aos movimentos feministas

Até a década de 1970, a identidade masculina era tida como natural ao sujeito. Os homens que não faziam jus aos seus órgãos genitais eram vistos como doentes. A masculinidade era descrita ainda, principalmente, pela teoria do papel sexual masculino (*male sex role theory*), a qual supunha que os machos, no esforço de alcançarem maior maturidade, tentam ativamente adquirir certos atributos que afirmavam sua identidade biológica (Smiler, 2004). Os testes psicológicos vigentes até então, como *Strong Vocational Interest Blank*, de Strong (1936), e o *MMPI*, de Hathaway e McKinley (1951), adotavam ainda uma perspectiva de oposição bipolar entre os gêneros, e descrições da masculinidade e da feminilidade similares às encontradas no inventário de Terman e Miles, de 1936.

As principais críticas a esses testes foram, segundo Smiler (2004), baseadas na relação entre identificação cruzada entre os sexos e pobre saúde mental, defendida na teoria do papel sexual masculino. Denunciou-se que além dos testes não apoiarem a explicação teórica de pobre saúde mental por parte dos homens, eles também não sustentavam a assumida bipolaridade entre masculino e feminino ou a suposição de que cada um dos dois papéis de gênero é uma construção unidimensional. Críticas feministas, como esta, e a publicação de novas mensurações que afirmavam a masculinidade e a feminilidade como distintas, provocaram uma revolução nas pesquisas sobre papel sexual.

Somente no início da década de 1970, com a entrada significativa das feministas no âmbito acadêmico, salientando as posturas sexistas dos estudos de gênero e a dominação masculina, eliciou-se nos homens um interesse maior em investigar sua condição. Neste sentido, surgiram movimentos masculinos pelo mundo alegando que o papel sexual masculino era opressivo, e defendendo maior liberdade aos homens. Nos Estados Unidos, por exemplo, por volta de 1975, surgiu o *Men's Liberation*, um pequeno, mas muito discutido, movimento de liberação dos homens.

As teorias da androginia que sugeriram nesta época, apesar de manterem a mesma compreensão de masculinidade que antes, ou seja, a masculinidade como uma essência do indivíduo, sendo o homem símbolo de poder, força, atividade, etc., tiveram o mérito de superar a oposição bipolar de gênero, concebendo a masculinidade como um papel de gênero distinto do papel da feminilidade. Entre

os instrumentos de mensuração de masculinidade e de feminilidade mais populares deste período estavam: o trabalho desenvolvido por Bem (1974); e o *Personal Attributes Questionnaire* de Spence e Helmreich (1978), que também concebia masculino e feminino como distintos, não opostos e como resultantes do aprendizado.

Na década de 1970, junto com a emergência dos estudos da masculinidade, surgiram os primeiros trabalhos psicoterapêuticos voltados aos homens. Segundo Connell (1995), havia grupos, workshops e psicólogos preocupados, por exemplo, com a relação dos homens com o feminismo, com a sexualidade masculina, com a liberação masculina, e com questões dos homens. Ao mesmo tempo, surgiam livros escritos por terapeutas usando a experiência terapêutica como referência.

Os primeiros grupos terapêuticos para homens buscavam o aumento da consciência masculina. As pró-feministas, mantendo uma perspectiva crítica quanto ao papel masculino tradicional, defendiam que os homens precisavam romper com este para se tornarem mais sensíveis e expressivos emocionalmente. Inclusive, diante das teorias da androginia emergentes, alguns psicólogos, como Solomon e Levy (1982 *apud* Connell, 1995), defendiam o direcionamento dos clientes para a androginia.

Na Psicologia Social, destacavam-se as pesquisas sobre os papéis sócias, que concebiam a masculinidade como um papel distinto, presente no indivíduo. A literatura sobre o assunto mantinha ainda uma perspectiva bem convencional dos homens, segundo Connell (1995), devido a pouca quantidade de pesquisas existentes. Entre os assuntos que emergiam, observa o autor, estavam as críticas feministas sobre os homens, as imagens da masculinidade na mídia, testes de atitudes, achados sobre diferenças sexuais e anedotas autobiográficas sobre esporte.

Os estudos da masculinidade na época, apesar de assumirem a existência de efeitos negativos decorrentes das expectativas e normas sociais sobre os homens, davam pouca atenção à investigação destes. Ao mesmo tempo, muitos dos escritos encorajavam os homens a se modernizarem, recorrendo a psicoterapias, participando de grupos de conscientização ou de discussões políticas, compartilhando os papéis no casamento, e buscando auto-ajuda (Connell, 1995). Contudo, até o final da década de 1970, os psicólogos mantinham perspectivas conservadoras de gênero, ignoravam o contexto social, e demandavam de seus

clientes comportamentos estereotipados de gênero (Bear, Berger e Wrigth, 1979 *apud* Connel, 1995).

O trabalho de Brannon (1976) se destacou neste período por identificar quatro princípios implícitos que definiriam os limites do papel masculino: homens não podem ser femininos (*no sissy stuff*); homens devem esforçar-se para serem respeitados por realizações bem sucedidas (*the big wheel*); homens nunca devem demonstrar fraqueza (*the sturdy oak*); e homens devem buscar aventura e risco, inclusive aceitando violência se necessário (*give'em hell*); as quais podem ser avaliadas pela sua escala da masculinidade. A descoberta destes princípios permitiu elucidar as ideologias por trás do comportamento masculino. Esta concepção de masculinidade contrastava com a defendida pela teoria de androginia, pois contrariava a afirmação de que as características atribuídas à masculinidade eram resultados casuais de fatos históricos.

Apesar do trabalho de Brannon (1976) ter apontado diversos tipos de estereótipos masculinos, as teorias de papel masculino concebiam apenas uma única forma de masculinidade. Reconheciam a masculinidade como não-feminina, independente, orientada ao status, heterossexual, forte, predisposta a “correr riscos”. Os teóricos desta perspectiva se opunham às posições bipolar e andrógina, pois concebiam a masculinidade como parcialmente oposta à feminilidade. Para eles, um conceito ajudava a definir o outro, ou seja, ser masculino era não ser feminino, e vice-versa.

Década de 1980: a condição masculina

Entre os instrumentos de mensuração, baseados nesta nova perspectiva da masculinidade, destacam-se o *Brannon Masculinity Scale*, de Brannon e Juni, de 1984, e o *Hipermasculinity Index*, de Mosher e Sirkin, também de 1984. Ambos baseavam-se na idéia de que a masculinidade é uma ideologia que os indivíduos procuram realizar. Salienta-se que neste momento, pós Segunda Guerra Mundial, os casos de hipermasculinidade não eram mais desejados; atribuía-se à considerada alta masculinidade diversas mazelas, como o sexismo, por exemplo.

Embora o movimento masculino tenha começado simpático ao feminismo, discutindo a hierarquia de gênero e a subordinação e a opressão da mulher, logo surgiram escritos apontando a presença de opressão masculina também, negando assim a existência de uma hierarquia de opressões.

Teóricos da masculinidade começaram a defender que o papel sexual masculino era opressivo e devia ser transformado ou abandonado. A literatura sobre masculinidade começou a emergir, privilegiando praticamente dois temas: a inexpressividade masculina e os malefícios do papel sexual masculino. Seguindo o mesmo percurso que as mulheres, que criaram o *Women's Studies*¹, os homens deram início ao *Men's Studies*² e começaram a estudar a masculinidade (Connell, 1995).

O *Men's Studies* propunham a união dos homens contra o sexismo. Defendiam que o poder do homem mascara sua fragilidade, que as altas expectativas sociais sobre os homens estabelecem forte opressão, transformando o poder em fonte de dor, isolamento e alienação. Como solução, defendia-se a criação de um novo homem, liberto da opressão que a masculinidade hegemônica impõe e capaz de expressar seus sentimentos (Smiler, 2004; Badinter, 1993).

A principal crítica feita ao *Men's Studies*, segundo Badinter (1993) e Costa (2002) é que eles defendem uma postura vitimada, pois ignoram a dominação masculina e buscam diminuir as exigências sobre os homens, sem que seja necessário alterar a dinâmica de poder.

Os homens continuam a se beneficiar da opressão das mulheres, mas, significativamente, nos últimos vinte anos a anuência das mulheres à hegemonia masculina tem sido contrabalanceada pela resistência feminista ativa. Os homens, como grupo, não são oprimidos pelas relações de gênero, mas alguns, certamente, sentem-se ameaçados pelo desafio feminista aos seus poderes e privilégios. Os homens também são afetados por esse sistema de poder: somos, muitas vezes, emocionalmente limitados e comumente temos uma saúde mais precária e uma expectativa de vida menor do que as das mulheres. Mas estes problemas são, com mais precisão, vistos como “os custos de se estar no topo”. De fato, as mudanças nos estilos masculinos que vemos entre homens relativamente privilegiados podem ser interpretadas como um sinal de que estes homens gostariam de parar de pagar estes “custos”, mas isto não significa necessariamente um desejo de parar de estar “no topo” (Messner, 1993, p.730, *apud* Costa, 2002, p.215).

Na década de 1980, surgiram mais autores afirmando a dificuldade de se atender às exigências do papel de gênero masculino, bem como ao estereótipo masculino dominante descrito por Brannon (1976). Pleck (1981), por exemplo, em seus estudos, demonstrou como o paradigma da identidade do papel de gênero, que dominou as pesquisas sobre masculinidade por 50 anos (1930 – 1980), pouco explicava os dados observados e ajudou a promover a bifurcação patriarcal da

¹ Estudos femininos (tradução nossa).

sociedade através da criação de estereótipos dos papéis de gênero.

O antigo paradigma da identidade do papel de gênero assumia que as pessoas têm uma necessidade psicológica interna de ter uma identidade de gênero, e que o desenvolvimento normal da personalidade depende da formação desta identidade. Considerando que as prescrições sociais de gênero são contraditórias, observa Levant (1996), a formação de uma identidade de papel de gênero apropriada é vista como um processo fadado ao fracasso, já que é impossível atender a todas as prescrições do papel de gênero. Quanto ao fracasso de um homem em alcançar uma identidade de papel de gênero, salienta o autor, atribuíam-se à homossexualidade, atitudes negativas para com as mulheres, ou hiper-masculinidade defensiva. Esse paradigma compartilhava as mesmas origens filosóficas da perspectiva essencialista dos papéis de gênero, ou seja, no caso dos homens, que há uma clara essência masculina que é historicamente invariável.

Diante desta observação, Pleck (1981) propôs a teoria do *Gender Role Strain Paradigm*, que afirmava que os papéis de gênero contemporâneos são contraditórios e inconsistentes, e que certos traços de papéis de gênero prescritos, como a agressão masculina, por exemplo, são sempre disfuncionais; que as pessoas buscam uma adaptação excessiva aos papéis de gênero, porém, é grande o número de pessoas que não conseguem atendê-los; e que a violação, real ou imaginária, dos papéis de gênero leva a condenações e conseqüências psicológicas negativas, sendo estas mais severa para os homens do que para as mulheres.

Conforme a teoria de Pleck (1981), a ideologia de gênero, que determina quais são os papéis de gênero apropriados, é definida pelos estereótipos e pelas normas de papéis de gênero. Condizente com a perspectiva construtivista, esta teoria concebe que a masculinidade e a feminilidade são relacionais, socialmente construídas e sujeitas a mudanças, e que através da socialização, a ideologia de gênero seria imposta às crianças desde cedo.

Segundo Levant (1996), este paradigma proporcionou um grande número de pesquisa que forneceram dados importantes para a compreensão da tensão que os homens vivenciam ao tentarem atender às impossibilidades do papel masculino, e tornou-se o precursor da “Nova Psicologia do Homem” e do pensamento crítico moderno sobre a masculinidade.

Estas discussões propiciaram aos psicólogos clínicos um aumento de

² Estudos masculinos (tradução nossa).

consciência sobre a situação masculina. Eles começaram a perceber que a masculinidade, em sua prática, estava à parte. Então, através de técnicas de psicoterapias de grupo começaram a promover a busca da essência masculina, presente em todo macho. A preocupação comum dos psicólogos masculinos era restaurar o pensamento masculino, danificado nas recentes mudanças sociais.

A mudança de ênfase na psicoterapia masculina pode ser observada, segundo Connell (1995), no trabalho de vários autores, como Farrell (1971, 1974, 1986, 1993) e Goldberg (1976, 1988). Se na década de 1970 eles contribuíaam aos interesses feministas, criticavam o papel tradicional masculino, e defendiam que os homens, como classe dominante, deveriam renunciar a sua posição privilegiada; na década de 1980, eles passaram a defender que as mulheres eram tão responsáveis quanto eles pelas desigualdades sociais. Focando nas emoções masculinas, os autores afirmavam que o homem não devia sentir-se culpado pelo sexismo social, que ele também é oprimido pela sociedade, e que existem diferenças essenciais entre homens e mulheres. Salienta-se que não havia, nesta época ainda, qualquer perspectiva de alianças com movimentos gays (Connell, 1995).

Esta mudança permitiu aos homens se livrarem do estresse e da culpa que os sufocava desde o início dos movimentos feministas, e, assim, restaurarem sua auto-confiança. Porém, observa Connell (1995), isso se deu pela negação da situação social e da responsabilidade social, e não pela transformação das situações que produziam as emoções desagradáveis.

O interesse em investigar o que os homens pensavam e sentiam quanto a seus comportamentos de gênero, levou à produção de algumas mensurações. Entre as mais populares, Smiler (2004) destaca o *Gender Role Conflic* (O'Neil et al., 1986), que considerava as diferenças individuais; e a escala *Masculine Gender Role Stress* (Eisler e Skidmore, 1987), que buscava investigar se os homens experimentavam estresse quando se julgavam incapazes de atender às exigências do papel masculino, ou quando determinada situação exigia comportamentos femininos. Apesar do *GRC* e do *MGRS* serem bastante similares, eles sugerem diferentes questões de pesquisa e provêm diferentes interpretações para os achados. Eles mantêm ainda a mesma posição que Brannon (1976) quanto à masculinidade, ou seja, dela ser parcialmente oposta à feminilidade.

Salienta-se que surgiram outras perspectivas teóricas e práticas na

psicoterapia masculina na década de 1980 que mantinham uma perspectiva pró-feminista, como Rowan (1987 *apud* Connell, 1995). Ele iniciou com grupos de homens anti-sexistas e desenvolveu uma ampla experiência no campo psicoterapêutico. Buscando recursos para sustentar o compromisso masculino com o feminismo, pretendia realizar uma revolução na relação de homens e mulheres, e não restaurar a masculinidade ou promover a androginia.

A partir da década de 1980, com o surgimento dos estudos construtivistas, a masculinidade passou a ser compreendida como uma construção múltipla, dinâmica, cultural e simbólica. Não se tratava mais de uma essência do sujeito, mas sim de um elemento da interação. Voltou-se a atenção das teorias de papéis sexuais para a constituição das identidades, especialmente, por estas darem conta das relações de poder presentes nas interações.

A investigação da construção social de gênero começou a promover a investigação de outros conceitos da identidade, até então, considerados naturais aos sujeitos, como a homossexualidade. Surgiu, assim, na década de 1980, os estudos da homossexualidade e os movimentos homossexuais, que questionavam a normatização da heterossexualidade.

Década de 1990: consolidação da perspectiva sóciohistorica

Na década de 1990, um outro grupo de estudo e movimento político emergiu, o *Queer Theory*. Interessados em questionar o que é natural ou normal na expressão da sexualidade, ampliaram as formas de ser homem e de ser mulher.

Pesquisas sobre a construção social de gênero, investigando os estereótipos dominantes, constataram, também nesta década, como os homens experimentam maior pressão social do que as mulheres para endossar as prescrições sociais de gênero. Segundo Courtenay (2000), não seria à toa que os comportamentos e crenças dos homens sobre gênero são mais estereotipados do que os das mulheres.

Estudos sobre o desenvolvimento também floresceram. Galambos, Almeida e Peterson (1990 *apud* Mahalik et al., 2001), por exemplo, estudaram as fases do desenvolvimento dos papéis de gênero até a adolescência e observaram que conforme aumenta a idade, os jovens mostram-se mais fiéis aos papéis tradicionais de gênero, especialmente os meninos. Assim, em relação aos fatores conflitantes decorrentes do papel de gênero, espera-se que os adolescentes masculinos, durante o período de intensificação do papel de gênero, mostrem-se

mais competitivos, sintam grande pressão para esconderem seus sentimentos de vulnerabilidade dos outros, e ajam de maneira hipermasculina, a fim de evitar qualquer questionamento quanto a sua masculinidade. No entanto, quanto aos homens de meia-idade, acredita-se que estes se voltem para uma integração maior dos papéis de gênero (Levinson et al., 1978 *apud* Mahalik et al., 2001), ou seja, a partir de certa idade os homens começariam a expressar mais aspectos femininos de suas personalidades e se tornariam mais maternos.

Cournoyer e Mahalik (1995 *apud* Mahalik et al., 2001) e Theodore e Lloyd (2000 *apud* Mahalik et al., 2001), que também examinaram a relação entre estágio de vida e conflitos decorrentes do papel de gênero, observaram que fatores como sucesso, poder, e competição são mais exaltados entre os garotos colegiais do que entre os homens de meia-idade, ao passo que os homens de meia-idade relataram mais conflitos entre trabalho e família do que os garotos colegiais. Ambos os estudos, apesar de não terem encontrado indícios em nenhum dos grupos – garotos colegiais e homens de meia-idade – de restrição emocional, relataram que altos níveis de restrição emocional e conflitos entre trabalho e família estavam relacionados a um bem-estar psicológico inferior.

Numa visão construtivista, porém, os homens não são vítimas passivas dos papéis prescritos socialmente. Eles não são apenas condicionados ou socializados pelas culturas. Os homens são agentes no construir e reconstruir as normas dominantes de masculinidade. A idéia de que os indivíduos são agentes, que exercem poder e produzem efeitos em suas vidas, é central ao construtivismo. Sob esta perspectiva, muitos estudos têm examinado uma variedade de atividades que são usadas como recursos em construir e reconstruir gênero. As atividades identificadas até agora incluem linguagem, trabalho, esporte, crime e sexo. As diversas maneiras como homens e mulheres exercem estas atividades contribuem para ambos definirem a própria identidade de gênero e na convenção social de gênero (Courtenay, 2000).

Buscando compreender o que está por trás da identidade masculina, Levant e al. (1992), desenvolveram o Inventário de Normas do Papel Masculino, o qual define a ideologia tradicional da masculinidade nas seguintes sete dimensões: o requisito de evitar todas as coisas femininas; a obrigação de restringir a vida emocional; a ênfase na dureza e na agressão; obrigação de ser autoconfiante; a ênfase em alcançar status acima de todas as coisas; não relacional, transformar em

objeto atitudes quanto à sexualidade; e medo e ódio de homossexuais.

Apesar das descrições de Brannon (1976) sobre distintos personagens masculinos, duas décadas antes, foi somente através das pontuações sociológicas nas décadas de 1980 e 1990, que surgiu a idéia de múltiplas formas de masculinidade³. Trabalhos sociológicos mais recentes vêm confirmando esta idéia, a despeito da rápida ocidentalização.

Sociólogos, como Connell (1995), afirmaram a existência de outras formas particulares de masculinidade e especificaram o contexto em que cada uma delas sobrevive. Através da observação destas masculinidades, os autores destacaram características comuns: preocupação com status e com poder; a não expressão de emoções; anti-feminilidade; e anti-homossexualidade. Esta perspectiva histórica mantém a idéia de que uma ideologia comum organiza os traços, atributos e características que são consideradas masculinas, podendo ocorrer variações nesta ideologia com o passar do tempo. Admite-se ainda que certos elementos da ideologia, como competitividade, sejam mais relevantes para certas formas de masculinidade do que para outras. Neste sentido, não se falava mais hipo ou hipermasculinidade, mas sim em fraca ou forte adesão a um elemento específico da ideologia masculina (Smiler, 2004).

Na segunda metade da década de 1990, emergiram muitas publicações teóricas, atentando para o caráter sócio-histórico e múltiplo da masculinidade. Criaram-se novos instrumentos de mensuração, que permitissem alcançar as múltiplas masculinidades. Pleck et al. (1993), por exemplo, lançaram o *Male Role Attitude Scales* (MRAS), que avalia a adesão à ideologia masculina dominante.

Em 1995, Pleck reformulou sua teoria do *Gender Role Strain Paradigm* salientando a importância da ideologia masculina e das crenças individuais em aderir aos padrões culturalmente definidos do comportamento masculino. Ele defende que sua abordagem permite múltiplas concepções de masculinidade, e que a variação da masculinidade no grupo étnico se dá pela diferença de peso atribuído aos componentes da mesma masculinidade, e não pela adesão a diferentes componentes.

Dentre as pesquisas embasadas no trabalho original de Pleck (1981), estão, por exemplo, as de O'Neil, Good e Holmes (1995 *apud* Levant, 1996) que

³ Os primeiros estudos a constatarem esta pluralidade foram os de Mead (1949), ao estudar populações dos mares do Sul.

concluíram que o conflito de gênero é uma comprovada área de dificuldade para os homens, sendo prejudicial a sua saúde mental, e está associada à ansiedade e à depressão. Eles constataram também que os conflitos de gênero variam de forma complexa conforme variáveis demográficas, de personalidade, de saúde psicológica, e relacionais. Eisler (1995 *apud* Levant, 1996), por sua vez, observou uma relação significativa entre estresses em atender o papel de gênero masculino e saúde cardiovascular, uma das principais causas da alta taxa de mortalidade masculina em relação às mulheres.

Brooks e Silverstein (1995 *apud* Levant 1996), também embasados da teoria de Pleck (1981), discutindo o lado negro da masculinidade, forneceram uma taxonomia dos problemas oriundos desta. Entre os problemas sociais e de saúde pública que estariam relacionados, de uma forma ou de outra, à adesão à ideologia tradicional da masculinidade, segundo os pesquisadores, estão: violência, incluindo violência masculina contra mulheres, estupro, agressão sexual e assédio sexual; excessos sexuais, incluindo promiscuidade, envolvimento com pornografia, e vício em sexo; comportamento social irresponsável, incluindo dependência química, comportamentos de risco, auto-flagelações, omissão paterna, e vadiagem; e relações disfuncionais, incluindo parcerias emocionais inadequadas, paternidade não zelosa, e parceria não participativa nas tarefas domésticas.

Ainda no final da década de 1990, Wade (1998) trouxe uma concepção alternativa da identidade masculina. Baseando-se na *Reference Group Identity Dependence Theory* (RGID)⁴, ele sugeriu que os homens criam uma representação interna de machos como ele e/ou com machos com as quais se identifica. Considerando que as pessoas podem ser dependentes ou independentes do grupo de referência, ou sequer ter um grupo de referência, abarca-se a existência de múltiplas masculinidades, já que cada grupo de referência define sua própria versão de masculinidade. Em 2001, Wade lançou o *RIGID Scale*, que indica a importância e presença de um grupo de referência masculino.

Segundo Smiler (2004), nas teorias de Pleck (1995) e de Wade (1998), a masculinidade continua residindo dentro do indivíduo, embora ressalte-se a construção social da masculinidade, seu caráter dinâmico e plural. Se antigamente a problemática da masculinidade estava na dificuldade de se aderir a uma

estrutura única de masculinidade, marcadas por normas rígidas, observa Smiler (2004), agora está na grande flexibilidade de comportamentos.

Neste momento, a antiga idéia de masculinidade, como uma idéia de orientação de gênero que presumia que a masculinidade originava-se de diferenças reais entre homens e mulheres, e propiciava estudos que identificassem traços de personalidade responsáveis pelas diferenças, como o Bem Sex Role Inventory (Bem, 1974), tornava-se ultrapassada. Thompson e Pleck (1995 *apud* Levant, 1996), por exemplo, sugerindo o termo ideologia masculina para se referir ao grupo de constructos presentes nas pesquisas sobre homens e papel masculino, salientam que a masculinidade é percebida como um ideal de gênero, construído socialmente para os homens.

A masculinidade hoje

Apesar da diversidade teórica sobre a temática da masculinidade, pode-se concluir que hoje a masculinidade é compreendida como sendo múltipla e residindo dentro do sujeito. Governada por uma ideologia, ela sofre influências sócio-culturais que afetam as experiências individuais da masculinidade. A posição da masculinidade como parcialmente oposta à feminilidade é historicamente recente e amplamente aceita. Entretanto, salienta Smiler (2004), nenhuma relação entre masculinidade e feminilidade tem sido especificada nas teorias mais recentes.

Trabalhos atuais da sociologia, antropologia e história têm apontado a construção da masculinidade em cenários particulares. Apesar de cada estudo ser diferente, os principais achados sobre masculinidade foram resumidos, segundo Connell (2001) em sete aspectos: construção ativa; múltiplas masculinidades; dinâmicas; masculinidades coletivas; corpos como arenas; divisão; hierarquia e hegemonia.

As masculinidades surgem com a interação social, pois só existem em ato, ou seja, trata-se de uma construção ativa. A idéia de múltiplas masculinidades refere-se ao fato de que em diferentes culturas e diferentes períodos históricos estabelecem-se diferentes sistemas de gênero, ou seja, diferentes modelos de masculinidade. Por isso, nas sociedades multiculturais podem-se encontrar várias definições de masculinidade. Como observado nas pesquisas históricas, as

⁴ Teoria da Dependência na Identidade do Grupo de Referência (tradução nossa).

masculinidades não são estáveis. Elas têm um caráter dinâmico, assim como surgem podem desaparecer ou mudar.

Considerando que as masculinidades podem ser assumidas também por instituições ou grupos, como gangues de ruas e as Forças Armadas, sendo criadas e sustentadas pela cultura compartilhada, admite-se a idéia de masculinidades coletivas.

Apesar de não haver padrões fixos de masculinidade para os corpos dos homens, estes são de grande importância na expressão da masculinidade. Por isso, fala-se em corpos como arenas, o que é facilmente observado no vestir, no ato sexual e no esporte.

Por não serem homogêneas, as masculinidades chegam a ser inclusive, algumas vezes, contraditórias, originando divisão. Este fato é observado claramente em dilemas cotidianos, como, por exemplo, no dilema entre demanda de trabalho e aspirações profissionais. Supondo-se que as diferentes masculinidades coexistem e interagem como estilos de vida alternativos, haveria certa hierarquia e hegemonia. Entretanto, por ser a relação entre elas normalmente de hierarquia e exclusão, uma delas se sobressai, a masculinidade hegemônica, representada pela figura central de poder dentro do sistema local. Na sociedade capitalista ocidental, esta masculinidade hegemônica é representada pelas poderosas instituições, como grandes empresas e dirigentes de Estados.

A idéia de masculinidade hegemônica, no entanto, apresenta controvérsias. Dentre os defensores deste conceito estão Almeida (1995) e Connell (2001). O primeiro afirma que a masculinidade hegemônica é um modelo cultural ideal, que mesmo não sendo atingida por nenhum homem, exerce poder controlador sobre ambos os gêneros. Connell (2001), por sua vez, enfatiza que a masculinidade hegemônica é dinâmica e que não diz respeito a um estilo de vida, mas a configurações que formam as relações de gênero, ou seja, não é necessário que todos os homens tenham acesso à masculinidade hegemônica para que ela exista e nem para se beneficiarem dela.

A hegemonia está relacionada à dominância cultural na sociedade como um todo. O número de homens que rigorosamente praticam o padrão hegemônico de masculinidade inteiramente pode ser pequeno, mas a maioria dos homens usufrui dessa hegemonia, pois se beneficiam do dividendo patriarcal da subordinação geral das mulheres (Costa, 2002. p.216).

Os críticos, no entanto, alegam que esta idéia de masculinidade hegemônica é muito cômoda para os homens, pois ao invés da hegemonia ser uma conquista ela aparece como uma contingência. Ou seja, considerando a hegemonia masculina instituída na sociedade, sendo aceita e reafirmada por ambos os gêneros, não resta aos homens outra opção senão se beneficiar dela (Costa, 2002).

Os estudos psicológicos da masculinidade

Os estudos psicológicos sobre os homens nos últimos 30 anos, têm buscado identificar e quantificar os principais elementos constituintes da masculinidade. Junto com as teorias emergentes sobre masculinidade surgiam novos instrumentos de mensuração. Enquanto as pesquisas sublinhavam preferências teóricas, os instrumentos de mensuração refletiam estas preferências e ajudavam a legitimar as teorias.

Os psicólogos da masculinidade, por sua vez, nos últimos 25 anos têm estudado esta como um constructo complexo e problemático. Eles vêm construindo uma abordagem psicológica para os homens e para a masculinidade que questiona as normas tradicionais do papel masculino (como a ênfase na competição, status, estoicismo emocional e dureza), e percebe certos problemas masculinos (como agressão e violência, desvalorização da mulher, medo e ódio de homossexuais, desapego paterno e negligência à saúde) como resultados infelizes, mas previsíveis, do processo de socialização. Inclusive, eles têm fornecido estruturas para criar novas definições positivas de masculinidade que suportam o desenvolvimento ideal de homens, mulheres e crianças (Levant, 1996).

Os estudos construtivistas, emergentes nas últimas décadas, têm permitido historicizar a masculinidade e investigar suas principais implicações sociais e pessoais. Pesquisas interdisciplinares têm ampliado a compreensão sobre a diversidade de formas de se vivenciar a masculinidade nos mais diferentes contextos. Schpun (2004), por exemplo, expõe pesquisas brasileiras e estrangeiras da antropologia, psicanálise, história e sociologia sobre a masculinidade, nega a homogeneidade desta e expõe sua pluralidade. Atentando para os processos dinâmicos de construção e reconstrução da masculinidade, os pesquisadores salientam a riqueza da masculinidade e suas peculiaridades nas distintas realidades sociohistóricas.

Embasada na perspectiva construtivista, “A Nova Psicologia do Homem”,

segundo Levant (1996), defende que não é a diferença biológica entre os sexos que define a masculinidade e a feminilidade. Estas noções são socialmente construídas por partículas ou pedaços de experiências biológicas, psicológicas e sociais que servem a um propósito particular. Para a Nova Psicologia do Homem, os papéis de gênero são entidades dinâmicas, construídas psicologicamente e socialmente, e que trazem certas vantagens e desvantagens.

Por fim, salienta-se que os estudos da masculinidade não se restringem à área acadêmica. Eles têm deflagrado, em vários países, movimentos particulares dos homens. Nos Estados Unidos, há os *Men's Movements*. Na Austrália, tem havido debates públicos sobre a saúde dos homens, a violência masculina e a educação dos meninos. Na Alemanha, as discussões já se desdobram em diversos assuntos e têm atraído a atenção da mídia. Os países escandinavos têm sido pioneiros em políticas sociais sobre paternidade, instituindo, por exemplo, o *Dad's Month*, uma licença paternidade de um mês para os pais cuidarem dos recém-nascidos. Esses países também despontaram na frente ao serem os primeiros governos a promoverem pesquisas sobre homens. No Japão, os debates sobre homens e masculinidade levaram à recente fundação do *Men's Center*, que publica jornais e livros sobre novos modelos de masculinidade e vida familiar.

4.2 Os homens e as emoções

As emoções representam um dos domínios em que as diferenças de gênero são claras e explícitas. Se aos dez anos meninos e meninas partem para o confronto aberto quando zangados, aos treze anos a diferença se faz bem presente. Enquanto os meninos continuam briguentos e enfatizando a competição, as meninas, ao mesmo tempo em que valorizam a cooperação, quando zangadas fazem uso de ardilosas estratégias agressivas, como futricar e cometer vinganças dissimuladas. Ao longo do desenvolvimento, conforme indicam as pesquisas, os meninos mostram-se mais hábeis do que as meninas em minimizar emoções que digam respeito a vulnerabilidade, culpa, medo e dor, porém, mostram-se menos empáticos que as meninas, ou seja, menos capazes de captar os sinais emocionais verbais e não-verbais, de expressar e comunicar seus sentimentos (Goleman, 1995).

Os homens, quando adultos, apresentam menos expressões faciais de emoção, discutem menos as emoções, e reportam menos às experiências emocionais, com menor intensidade e frequência do que as mulheres (Fivush et al., 2000; Goleman, 1995). Quanto aos confrontos emocionais, inevitáveis nos relacionamentos, observa-se que os homens procuram evitá-los com a mesma intensidade que as mulheres os buscam. Ou seja, enquanto os homens aparentam evitar entrar em contato com as emoções, as mulheres, por expressarem mais do que os homens seus sentimentos, especialmente não-verbalmente, através da fisionomia, permitem supor que são mais lábeis que os homens e vivam seus sentimentos com maior intensidade (Goleman, 1995).

Nos últimos 20 anos, a dificuldade dos homens em expressar emoções se tornou um dos temas mais frequentes nos estudos da masculinidade. A inexpressão emocional tem sido descrita como um problema comum entre os homens, especialmente quando comparados às mulheres (Wong e Rochlen, 2005).

A peculiar relação dos homens com as emoções começa na infância e prolonga-se por toda a vida. Observando que diferenças de gênero quanto à emoção costumam aparecer cedo no desenvolvimento, de acordo com Birnbaum (1983 *apud* Hess et al., 2000) por volta dos 3-5 anos, muitos teóricos têm focado os processos de socialização, dando destaque à constituição da identidade de gênero e à propagação e manutenção dos estereótipos emocionais de gênero (Fivush et al., 2000; Goleman, 1995; Hess et al., 2000; Jakupcak et al., 2003; Kyrtzisz, 2001; Levant, 1996; Mahalik et al., 2001; Wong e Rochlen, 2005).

Supondo que contrastes na aprendizagem das emoções promovam aptidões bem diferentes, e que a falta de estímulo para verbalizar sobre as emoções possa ser um grande empecilho às crianças em tornarem-se conscientes de seus próprios sentimentos e dos sentimentos dos outros, estudiosos têm sugerido que os pais seriam os principais responsáveis pelas diferenças de gênero quanto à emocionalidade, pois estariam socializando seus filhos e filhas de formas diferentes (Fivush et al., 2000).

Interessados em investigar a forma como ocorre a socialização primária das emoções, muitos estudiosos têm examinado a fala emocional dos pais com os filhos, ou seja, as falas que se referem a estados emocionais. Constatou-se, até o momento, que tanto pais quanto mães usam termos emocionais menos variados, e em menor quantidade, quando falam com os filhos do que quando falam com as

filhas (Fivush 2000). No entanto, a maioria das pesquisas, dedicando-se principalmente a atuação das mães, constataram que já nos primeiros dias após o nascimento, elas já expõem suas emoções de forma diferente entre filhos e filhas. Elas exibem menos expressões faciais emotivas com os filhos, e tendem a focar mais suas conversas com estes na raiva; enquanto que com as filhas apresentariam mais expressões emotivas e falariam mais em tristezas (Kyratzis, 2001). Conforme Fivush (2000), este comportamento maternal diferenciado tem sido a principal justificativa para o fato dos meninos, ao longo da vida, expressarem menos suas emoções, e com menor intensidade, do que as meninas.

Hess et al. (2000), no entanto, salientam que estas práticas socializadoras são obviamente consistentes com a crença dos pais de que os meninos devem ser menos interessados em emoções e expressividade destas do que as meninas. Neste sentido, eles estariam apenas sendo fiéis aos estereótipos emocionais de gênero.

Os dados fornecidos pelas pesquisas até o momento têm favorecido a hipótese de que há uma relação direta entre a socialização das emoções e as conversas emocionais. Ou seja, os padrões de conversa emocional e de linguagem socializadora poderiam estar influenciando o desenvolvimento emocional. Os meninos podem estar recebendo mensagens que, diferente das meninas, não incentivem a expressão das emoções; e que, diante das diversas emoções, é mais apropriado a eles focarem na raiva e a elas na tristeza (Kyratzis, 2001).

Apesar de pouco se saber sobre uma linguagem socializadora explícita referente à manifestação emocional apropriada aos gêneros, Kyratzis (2001) observa que estudos sociológicos e sociolinguísticos recentes sugerem a existência de uma socialização implícita. Ela ressalta a contribuição de Gumperz (1982), que concebeu a idéia de dicas contextuais, lingüísticas e paralingüísticas na comunicação – incluindo itens léxicos, prosódia, gestos, qualidade de voz, etc. – que ajudam na interpretação. Assim, conforme Kyratzis, é através de contrastes lingüísticos sutis, como estes, que a ideologia de gênero é propagada e, conseqüentemente, as atitudes emocionais são constituídas.

Considerando a ideologia de gênero, Jakupcak et al. (2003), baseados nas idéias de Greenberg e Safran (1987)⁵, discorrem sobre respostas emocionais primárias e secundárias. Segundo os autores, os homens variam nas suas respostas emocionais primárias, em termos da intensidade do afeto, num padrão consistente

com a perpetuação da masculinidade. Para eles, os homens que fogem às ideologias tradicionais de masculinidade provavelmente vivenciam suas emoções primárias com intensidade, enquanto que os homens que se mantêm fiéis à tradição masculina evitam seus sentimentos, reportam baixos níveis de intensidade afetiva e ajudam a confirmar as crenças culturais sobre o comportamento emocional masculino.

Numa de suas últimas pesquisas, Jakupcak et al. (2003) observaram que as diferenças de gênero quanto à intensidade do afeto é limitada a padrões de reatividade negativa. Esta constatação corrobora a literatura existente que afirma que as diferenças de gênero quanto às respostas emocionais primárias são geralmente limitadas às experiências emocionais negativas; e com pesquisas anteriores, que sugerem que os homens são mais capazes do que as mulheres em suprimir expressões de raiva.

Apesar da ideologia masculina não ter sido relacionada a afetividades positivas, Jakupcak et al. (2003) acharam uma relação significativa entre cognição masculina e componentes experimentais da masculinidade e o medo dos homens de emoções positivas. Embora haja ressalvas de que respostas emocionais positivas podem não fazer parte do mesmo estágio de socialização de gênero das respostas emocionais negativas, supõe-se que talvez o desejo dos homens de manterem controle sobre suas emoções estenda-se aos sentimentos de alegria e exuberância (Jakupcak et al., 2003).

De acordo com Jakupcak et al. (2003), apesar do reconhecido impacto da socialização de gênero nas atitudes masculinas em relação à emocionalidade, são poucas as pesquisas que investigaram diretamente as respostas emocionais secundárias dos homens. Os autores citam a pesquisa de Salters, Jakupcak e Roemer (2000) como um dos primeiros trabalhos que investigou respostas secundárias. Nesta, eles compararam uma amostra de 497 mulheres com outra amostra de 194 homens e constataram que os homens relatam significativamente mais medo das emoções, especialmente da raiva, de emoções positivas, e da tristeza, do que as mulheres.

Os achados das pesquisas de diferenças de gênero quanto à intensidade afetiva e quanto ao medo de emoções têm sido coerentes com os estereótipos de gênero. Os homens têm-se apresentado menos emotivos do que as mulheres,

⁵ Conforme apresentado na pg.87.

reportam menos intensidade afetiva, ou, pelo menos, menor reatividade emocional a estímulos negativos. Conforme Jakupcak et al. (2003), vários pesquisadores têm apontado a origem do temor masculino às emoções na reação negativa do social diante da emocionalidade dos homens.

Estudiosos, reconhecendo que as normas masculinas emergem num contexto sociocultural específico e precisam ser compreendidas dentro desta cultura, acreditam que as crenças ideológicas dos homens quanto à masculinidade informam as respostas emocionais primárias e secundárias - as quais são as prováveis responsáveis por moldar os padrões afetivos e interpessoais masculinos de relato. Da mesma forma, aspectos vivenciais da socialização dos papéis de gênero e o seu relacionamento com as respostas emocionais secundárias podem servir como um mecanismo inibitório imediato na vida emocional dos homens. Nas palavras de Jakupcak et al. (2003, p.7), “*Men who experience stress when violating masculine norms may be more afraid of the experiential aspects of their emotion states*”⁶.

Segundo Levant (1996), estudos sobre emocionalidade e gênero têm revelado que, devido ao que parece ser de origem biológica diferente, meninos começam a vida mais reativos e expressivos emocionalmente do que as meninas, e se mantêm assim até os 6 meses de idade. Apesar desta inicial vantagem na expressão emocional, salienta o autor, os meninos, no processo de socialização, seriam ensinados a restringir, suprimir e canalizar suas emoções, enquanto as meninas seriam incentivadas a expressá-las.

Levant e Kopecky (1995, *apud* Levant 1996), baseados num modelo de aprendizagem social, propuseram que quatro aspectos da socialização favorecem a supressão e canalização das emoções nos homens:

1. a mãe esforça-se muito para lidar com seus meninos, que são mais excitados e emocionais;
2. o pai apresenta um ativo interesse por seus filhos a partir do 13º. mês de vida destes e, desse momento em diante, os socializa conforme os estereótipos de gênero;
3. ambos os pais participam no desenvolvimento da linguagem emocional.

Baseando-se nos estereótipos de gênero, desencorajam seus meninos a

⁶ Homens que experimentam estresse quando violando normas masculinas talvez tenham mais medo dos aspectos vivenciais de seus estados emocionais (tradução nossa).

expressarem emoções vulneráveis (como medo e tristeza), e encorajam as meninas a expressarem suas emoções vulneráveis e carinhosas (como afeição) e a não expressar raiva ou agressão;

4. por fim, o agrupamento das pessoas conforme o sexo, completa o processo. Enquanto os meninos, ao brincarem com outros meninos, voltam-se para típicas brincadeiras de grupo com jogos estruturados, que favorecem habilidades de ação, o aprendizado de regras, o trabalho em grupo, o estoicismo, a dureza, e a competição; as meninas, brincando com outras meninas, mantêm e reforçam suas habilidades emocionais de empatia, de auto-consciência emotiva, e expressão emocional.

Conforme Levant (1996), a supressão e canalização das emoções nos homens resultariam em quatro conseqüências. Primeiro, diferente da mulher, que desenvolve uma empatia emocional, ou seja, a capacidade de perceber o ponto de vista do outro e definir como este se sente, o homem desenvolveria uma *action empathy*⁷, a qual é definida como a habilidade de perceber a situação pelo ponto de vista de outra pessoa e prever o que ela fará. Segundo, os homens tornariam-se estranhos a sua própria vida emocional, e muitos desenvolveriam, no mínimo, uma suave forma de alexitimia, ou seja, dificuldade de expressar e descrever sentimentos. Terceiro, os homens vivenciarão e expressarão mais agressão do que as mulheres, e tenderão a transformar suas emoções vulneráveis em raiva, a qual é expressa agressivamente. E por fim, os homens desviarão suas emoções de afeição para a sexualidade.

Wong e Rochlen (2005), que defendem uma perspectiva multidimensional das emoções, por sua vez, baseiam-se no modelo de expressão e não-expressão emocional proposto por Kennedy-Moore e Watson (1999), para explicar a inibição emocional masculina. Este modelo, unisex, explica como experiências emocionais transformam-se em expressões emocionais, através de 5 passos cognitivos, e o que pode ocorrer neste processo que propiciaria a não-expressão emocional.

O primeiro passo, *prereflective reaction*⁸, consiste na ativação de um primeiro estado afetivo e de suas conseqüências fisiológicas, diante de um potencial estímulo emocional. Este processo, normalmente, é automático e pré-

⁷ Empatia de ação (tradução nossa).

⁸ Reação pré-reflexiva (tradução nossa).

consciente. Segundo Wong e Rochlen, os homens diferem na intensidade de suas reações afetivas a um mesmo estímulo devido às diferenças individuais nos limiares de ativação emocional, ou seja, alguns precisam de estímulos mais fortes do que outros para apresentar uma reação emocional pré-reflexiva.

O segundo passo, *awareness of affective response*⁹, seria uma consequência do estágio inicial, ou seja, a pessoa tomar consciência de sua resposta afetiva. No entanto, observam Wong e Rochlen, alguns homens, por serem motivados a reprimir estados emocionais considerados vulneráveis ou negativos – sentimentos de ternura ou medo, por exemplo – se convenceriam de que não estão vivenciando estes sentimentos e, assim, não os expressariam.

O terceiro passo, *labeling and interpretation of response*¹⁰, ao tomar consciência da resposta afetiva, a tendência da pessoa é nomeá-la e interpretá-la. A alexitimia, déficit em processar e regular estados emocionais através do uso de mecanismos cognitivos, segundo Wong e Rochlen, surgiria nesse estágio. Assim, homens com dificuldade em identificar e descrever o que sentem, não realizariam os passos seguintes, tornando-se incapazes de expressar suas emoções.

O quarto passo, *evaluation of response as acceptable*¹¹, neste momento, através de suas crenças e valores pessoais, o sujeito avalia a emoção e determina se é aceitável ou não. Para Wong e Rochlen, alguns homens, em seu desenvolvimento, aprenderam a avaliar certas emoções como negativas. Por exemplo, vivenciar medo para alguns homens não é aceitável, então eles tentam não expressá-lo.

Passo cinco, *perceived social context for expression*¹², neste momento, por mais que a pessoa considere sua reação emocional aceitável, ela atentará para o contexto social e verificará se sua expressão é adequada. No caso dos homens, observam Wong e Rochlen, alguns homens, por exemplo, acreditam ser inapropriado expressar certas emoções diante de pessoas de maior autoridade ou desconhecidas, suprimindo-as assim.

Pesquisas têm sugerido que a inibição masculina diante das emoções repercute de formas diferentes na vida dos homens, e depende de diversos fatores, como idade, lugar, contexto. A pesquisas de Mahalik et al. (2001), por exemplo,

⁹ Consciência da resposta afetiva (tradução nossa).

¹⁰ Nomeação e interpretação da resposta (tradução nossa).

¹¹ Avaliação da emoção como aceitável (tradução nossa).

¹² Percepção do contexto social para a expressão (tradução nossa).

confirmando estudos anteriores, constatou que os comportamentos de restrição emocional entre homens estão relacionados à intimidade social para os homens de meia-idade, mas não para os garotos colegiais. Em termos de intimidade social, observou-se que os homens de meia-idade pagam um preço muito mais alto ao endossarem a restrição emocional do que os garotos colegiais. Os achados deste estudo apoiam também a noção de Levinson et al. (1978 *apud* Mahalik et al., 2001) de que, em algum momento da vida, os homens de meia-idade passam a dar mais importância e atenção a sua vida emocional e ao trabalho, mostrando-se mais acessíveis e dispostos a relacionarem-se intimamente.

Não são poucos os possíveis conflitos emocionais masculinos decorrentes do papel de gênero, entre eles tem-se afirmado a baixa auto-estima, baixa capacidade de intimidade, alta ansiedade, abuso de substâncias e sintomas psicológicos em geral. Alguns estudos também sugerem que o conflito decorrente do papel de gênero esteja associado a outras variáveis que afetam a saúde psicológica, como o uso de defesas imaturas e defesas que projetam agressividade, assim como manter comportamentos interpessoais rígidos (Mahalik et al., 2001; Wong e Rochlen, 2005).

Com se pode observar, as imposições socioculturais à condição masculina inibem a experiência e a expressividade da maioria das emoções, o que traria consequências sociais, psicológicas e físicas graves. Trabalhos psicológicos mais recentes têm dado particular atenção à restrição emocional masculina, e têm criado abordagens psicoeducativas como forma de se superar as imposições do tradicional papel masculino (Levant, 1996; Wong e Rochlen, 2005).

4.3 A identidade masculina

Para louvar um homem, basta dizer que ele “é um homem”. Mas se o esforço para alcançar este ideal é grande, o sofrimento por não conseguí-lo é maior ainda.

Bourdieu

Estabelecer um senso de identidade é uma tarefa central no desenvolvimento humano. Quem sou, como me vejo, como os outros me vêem, e como eu me conecto ou me alio aos outros são todos aspectos da identidade. A identidade

inclui um senso de continuidade pessoal e de singularidade. Buscando construir uma identidade pessoal e singular, as pessoas também criam uma identidade social baseada em suas alianças a grupos familiares, étnicos, ocupacionais, de gênero e outros. Essas identidades de grupo, ao satisfazerem a necessidade de afiliação, ajudam a pessoa a si definir através dos olhares dos outros e dela própria.

Nos últimos anos, estudiosos têm observado o quanto a identidade masculina é problemática. Não são poucas as teorias que explicam a formação da identidade, contudo, todas elas concluem que “é mais fácil ‘fazer’ uma mulher do que um homem” (Badinter, 1993, p.34). Isto ocorreria porque o primeiro modelo de identificação para qualquer criança é, normalmente, a mãe, o que para os meninos se trata de uma identificação negativa. Ou seja, para serem masculinos os meninos aprendem primeiro o que não devem ser, antes de aprenderem o que podem ser (Badinter, 1993; Corneau, 1995; Erikson, 1950, 1959).

Corneau (1995), sob uma perspectiva similar, afirma que a identidade pessoal é o resultado de fatores internos, inatos, e da influência de elementos do mundo externo. Para ele, a criança espelha-se nos pais para construir sua identidade, ou seja, primeiro ela se reconhece nos pais para então ser reconhecida por eles. De acordo com Corneau, o genitor com o mesmo sexo que a criança será o elemento fundador da identidade sexual desta, e o genitor de sexo oposto servirá para confirmar a diferença sexual, pois, segundo o autor, por se nascer num corpo sexuado a identidade está totalmente atrelada à sexualidade.

Levant (1996), por sua vez, salienta que há certos traumas que ocorrem com tanta frequência no desenvolvimento masculino que devem ser considerados normais. Entre eles está a prematura separação da mãe e a indisponibilidade do pai.

A socialização do papel de gênero dos meninos, segundo Levant (1996), inclui a necessidade de uma prematura e dolorosa separação de suas mães durante a fase de separação-individuação na primeira infância. Como resultado desta separação, os meninos, em idades prematuras, alcançariam um senso de si como indivíduos distintos. Porém, como as expectativas por conexão e proximidade materna nunca desaparecem completamente, ao longo do crescimento dos meninos, elas surgiram associadas aos seus medos de perderem o senso de si como indivíduos distintos. Assim, segundo Levant, os homens viveriam medos

terríveis de perda de identidade toda vez que emergissem expectativas de proximidade em sua consciência.

Muitos homens adultos realizariam o que Pollack (1995, *apud* Levant 1996) denominou de *defensive autonomy*, isto é, evitariam proximidade por sentirem-se mais seguros estando distantes das pessoas. O medo de envolvimento, conhecido padrão clínico responsável pelo distanciamento masculino no casamento, também pode ser resultante deste fenômeno, segundo Levant (1996). Mas as expectativas de proximidade não aparecem somente como medos, observa o autor, elas também aparecem na clínica na forma da dependência masculina na esposa.

A socialização ideal para os meninos inclui a necessidade deles se identificarem com seu pai. Contudo, segundo Levant (1996), o pai, normalmente, se não for fisicamente ausente, mostra-se psicologicamente distante e emocionalmente indisponível. O estresse acarretado por este ideal é potencializado pelo fato de que quando o pai está disponível, ele, normalmente, é muito exigente com seu filho. Isto se deve, dentre outros motivos, ao fato do pai sentir-se no dever de obrigar seu filho a agir em conformidade com os estereótipos de gênero.

Pesquisas americanas constataram que meninos, cujo pai esteve ausente nos primeiros anos de vida, apresentam problemas de aprendizagem. Estes estudos comprovam, segundo Corneau (1995), que a presença do pai é fundamental desde os primeiros meses de vida, pois é ele que vai fundar a identidade do menino, é ele que vai servir de espelho.

A difícil relação pai-filho, conhecido como *father wund*¹³ no campo dos estudos da masculinidade, deixa profundas impressões nos homens, as quais se manifestam em inúmeras direções e formas disfarçadas na busca desesperada por algum contato, por proximidade com o pai (ou seu substituto), ou no tornar-se furioso com ele por seu fracasso. Muitos homens carregam distintos sentimentos em relação ao pai, como o de nunca o ter conhecido, nem saber como ele sentia-se como homem, nem se ele sequer gostava dos filhos, nem se ele alguma vez realmente os aprovou.

Corneau (1995), salienta ainda que a falta de contato físico com o pai gera homens distanciados de seus próprios corpos. Para ele, um menino que não tem o pai para se apoiar, ao invés de desenvolver sua identidade positivamente em

relação a este, a desenvolverá negativamente em relação à mãe, já que esta é seu único referencial. O menino compreende apenas que ser homem significa não ser mulher. Assim, como ser mulher implica chorar, gritar, expressar seus sentimentos, ser homem seria, nas palavras de Corneau (1995, p.47), “amputar seu corpo e seu coração sem poder chorar”.

Assim sendo, além do menino, diferente da menina, ser obrigado à diferenciação durante grande parte de sua vida, sua masculinidade não é estável e nem precoce como a feminilidade da menina. Enquanto a feminilidade surge na mulher como algo inelutável, reafirmado naturalmente pelos processos fisiológicos (menstruação, gravidez, lactação), a masculinidade precisa ser continuamente conquistada.

A expressão “seja homem” é utilizada por Badinter (1993) para explicar a constante cobrança de condutas “adequadas” aos sujeitos de sexo masculino. Por não ser algo inelutável, a identidade sexual é para o homem uma questão constante. A falta de confiança na própria masculinidade e na dos demais os obriga a prová-la permanentemente.

Neste sentido, Corneau (1995) acredita que o homem busca no exterior formas de se afirmar, e que a paixão do homem pelo poder é um bom exemplo desta busca de auto-afirmação. Sob a mesma perspectiva, Fry e MacRae (1983) e Costa (1986) destacam o desempenho sexual na construção da identidade masculina. Para eles, este desempenho se resume à potência e à frequência dos relacionamentos sexuais, pouco importando a qualidade ou o prazer do parceiro. Goldenberg (1991) ilustra tal fato através da fala de um dos seus entrevistados:

Os homens nunca conversam sobre isso. Só gostam de dizer comi fulana, ela é muito gostosa. Quando uma vez eu falei que brochei, meus amigos ficaram me olhando espantados um tempão. Depois cada um contou uma história parecida com a minha. Acho que isso acontece com todo mundo só que ninguém tem coragem de dizer (Goldenberg, 1991, p. 22).

A masculinidade varia segundo a classe social, a raça e a idade do sujeito. Goldenberg (1991), em sua pesquisa “A construção social da identidade masculina: sexo e casamento em camadas médias urbanas”, constatou esta variabilidade claramente. Segundo a autora, seus sujeitos eram homens intelectualizados e psicologizados e que afirmavam sua identidade como estando

¹³ Ferida paterna (tradução nossa).

em contraste com o que seria, para eles, o comportamento comum do homem brasileiro, ou seja: “machista”, “galinha”, “performático”, “burguês”, “imaturo”, “infantil”, “auto-afirmativo”, etc. Os sujeitos diziam-se diferentes dos machistas, pois afirmavam: associar sexo com afetividade; terem tido poucas parceiras sexuais; respeitar as mulheres; pensar no próprio comportamento sexual e afetivo; defender um padrão único de moralidade para homens e mulheres; não disputar com os amigos questões de mérito sexual; e defender a igualdade de condições num relacionamento amoroso. Contudo, apesar de todo o esclarecimento dos sujeitos, eles admitiram que, por divergirem do padrão de comportamento do homem brasileiro, têm medo de serem acusados de “bichas”, “veados” ou “efeminados”, ou seja, temem que sua masculinidade seja questionada.

Conclui-se, assim, que as posses do cromossomo Y e de órgãos sexuais masculinos não são o bastante para definir um homem. Ser homem envolve um conjunto de condutas e um esforço que não é exigido das mulheres (Badinter, 1993; Jablonski, 1995; Nolasco, 1995a, 1995b, 1998). Estatísticas na América do Norte apontam que os homens estão sempre à frente das mulheres nos casos de violência criminal, 85% do total; problemas com álcool e drogas, sendo 4 homens para cada mulher; problema de aprendizado na escola primária, novamente 4 para 1; hiperatividade; hiperansiedade; incontinência noturna; dislexia; esquizofrenia; autismo. Estas são algumas das patologias mais presentes no sexo masculino, e segundo Corneau (1995), devem-se à fragilidade da identidade masculina; fragilidade esta que precisa ser mascarada socialmente, pois o homem como representante do poder não pode se mostrar “fraco”.

A constatação destas vicissitudes tornou a masculinidade um tema em destaque na academia e no mundo em geral. Compreender o funcionamento dos comportamentos masculinos tem se tornado um objetivo em diversos centros acadêmicos do mundo. Investigar as ideologias por trás das diversas formas de masculinidade permitem transformar as estatísticas acima, e proporcionar não só aos homens, mas também as mulheres, mais qualidade de vida e relações mais saudáveis. Neste sentido, mais do que qualquer outra disciplina, a Psicologia, que visa e trabalha a favor do bem estar individual, familiar e social deve estar atenta as questões de gênero.

4.4 O homem no século XXI

As transformações ocorridas nas relações de gênero no último século têm demandado profundas mudanças na conduta masculina. Segundo Badinter (1993), estudando a história das sociedades patriarcais, pode-se afirmar que as mulheres, e não os homens, são os primeiros referências da humanidade. Afinal, conforme a autora, foram sempre elas que suscitaram os grandes questionamentos, provavelmente por nunca terem tido o status privilegiado dos homens. Logo, é em relação às mulheres e contra elas que os homens têm se definido até hoje.

Esta interpretação do movimento masculino de mudança como um efeito do feminismo é, segundo Nolasco (1995a), a mais adotada pela academia e pela mídia. Além desta, observa o autor, há ainda a interpretação de que as mudanças desencadeadas pelos homens são tentativas de manter a soberania no jogo político em relação às mulheres. Contudo, como pontua Nolasco, ambas as perspectivas exaltam um jogo de opressor e oprimido entre os sexos. Se antes o feminismo foi a resposta das mulheres para deixarem de ser subjulgadas pelos homens, o que ocorreria agora é justamente o inverso, os homens estão se movimentando para deixarem de ser oprimidos pelas mulheres.

De fato, os movimentos feministas, desde 1960, denunciando as posturas sexistas para manutenção do *satus quo*, conseguiram maior autonomia e igualdade para as mulheres, transformando as relações de gênero. Eles contribuíram para desmistificar a superioridade masculina, derrubaram algumas das premissas que favoreciam os homens, como o domínio masculino na esfera pública, o padrão duplo, a divisão das mulheres em puras (casáveis) e impuras (prostitutas, meretrizes, concubinas, sedutoras), a legitimação da diferença sexual por Deus, pela natureza e pela Biologia, a transformação das mulheres em obtusas e irracionais, e a divisão sexual do trabalho.

Contudo, como defendem alguns autores, haveriam outros movimentos sociopolíticos e culturais que estariam envolvidos no movimento masculino de mudança. Nolasco (1993b), por exemplo, sugere que a transformação masculina se iniciou com a crise do mundo do trabalho e da família, e não com o feminismo. A mudança dos homens e a mudança das mulheres expressam, para o autor, a crise do individualismo vivenciada como crise do sentimento de identidade, sendo cada movimento distinto.

Araújo (2005), por sua vez, salienta a participação do capitalismo nas transformações masculinas. Para o autor, o capitalismo, na sua evolução, enfraqueceu o patriarcado, e conforme o poder paterno declinava, as mulheres ocuparam espaço na esfera pública, tanto para atender às necessidades do mercado de trabalho quanto da própria família, uma vez que o homem já não dava mais conta do seu papel de provedor.

A entrada da mulher no mercado de trabalho, seja por realização pessoal ou para completar a renda familiar, observa Araújo (2005), trouxe novas questões à relação de gênero, como o controle contraceptivo e a decisão de ter ou não filhos, e a necessidade de dividir tarefas e responsabilidades na esfera doméstica.

Tanto o movimento feminino de construção de uma nova identidade como as críticas à masculinidade propiciaram, como salienta Connell (1995), os primeiros questionamentos nos homens quanto à própria identidade e impulsionaram os estudos científicos sobre masculinidade. Contudo, os primeiros trabalhos sobre masculinidade, buscando denunciar as contradições a que eram submetidos os homens, apontaram o caráter efêmero da masculinidade, e colocaram em dúvida mais alguns referenciais identitários tradicionais dos homens.

Outros movimentos sociais ocorridos nos últimos anos também têm colocado em xeque a masculinidade tradicional. Os movimentos homossexuais e o *Queer Studies*, por exemplo, questionando a heterossexualidade, têm abalado um dos principais referenciais identitários masculinos e têm tornado a homossexualidade uma outra possibilidade de expressão sexual.

A revolução tecnológica, que vem ocorrendo desde o século passado, como pontuam Jablonski (1995) e Nolasco (1993b), substituíram a força pelo talento, abriram mais espaço para as mulheres no mercado de trabalho, e retiraram dos homens a exclusividade pela provisão.

A globalização é o outro processo desestruturador da masculinidade tradicional. Ela vem provocando a queda de barreiras entre as diversas culturas, nações e continentes. Não há apenas a integração econômica, mas uma miscigenação de raças, povos e costumes. Esta situação tem provocado uma mudança vertiginosa nos valores culturais, acarretando para as pessoas a perda de referências culturais que serviam de modelo identitário ao longo das gerações. Considerando que os valores sociais, culturais, familiares e de grupo condicionam

de forma indelével o desenvolvimento psicológico, e conseqüentemente o comportamento individual de cada indivíduo, Ulson (1997) destaca a dificuldade dos homens em sobreviver nos dias atuais. O autor ressalta que a sociedade moderna se diferencia das demais por ser mais voltada para o econômico, por ser mais científica, tecnológica e materialista, competitiva, globalizada. Na busca do progresso científico, privilegia-se o presente e o futuro, e menospreza-se o passado e a tradição. Estas características, ressalta o autor, facilita, por um lado, e dificulta, por outro, o pleno desenvolvimento da masculinidade.

Sob uma perspectiva similar Giddens (1993) comenta o caráter reflexivo da modernidade e suas conseqüências para os homens. Numa sociedade em que as tradições têm sido cada vez mais abandonadas, o projeto reflexivo do eu emerge com grande importância. Afinal, quando as pessoas não têm mais padrões e hábitos preexistentes para orientá-las, tornam-se obrigadas a negociar continuamente opções de estilos de vida, escolhas estas que definirão o indivíduo, que constituirão a narrativa reflexiva do eu. Para Giddens (1993), a auto-identidade torna-se problemática na sociedade moderna. Considerando que as características principais de uma sociedade de alta reflexividade são o caráter “aberto” da auto-identidade e a natureza reflexiva do corpo, o autor observa que há duas perguntas que se mantêm constantes e latentes na mente dos indivíduos: “Quem eu sou?” e “Qual será minha identidade sexual?”. Nas palavras de Giddens:

Hoje em dia, o eu é para todos um projeto reflexivo – uma interrogação mais ou menos contínua do passado, do presente e do futuro. É um projeto conduzido em meio a uma profusão de recursos reflexivos: terapias e manuais de auto-ajuda de todos os tipos, programas de televisão e artigos de revistas (Giddens, 1993, p.41).

A modernidade segue em direção à criação de sistemas internamente referenciais. Tanto a auto-identidade quanto a sexualidade tornam-se questões reflexivamente organizadas. Por isso, salienta Giddens (1993), a reflexão masculina sobre a própria identidade torna-se fundamental na modernidade. Observa-se que esta dissolução de referências não tem ocorrido apenas no âmbito de gênero, mas na sociedade moderna em geral, reforçando a demanda sobre os homens para a criação de sistemas internamente referenciais. Os homens, que durante muito tempo buscaram sua auto-identidade no exterior, com as reformulações sociais ocorridas terão que refletir sobre seus papéis, seja para

reafirmá-los ou para transformá-los.

Giddens (1993) salienta ainda a necessidade dos homens desenvolverem sua independência emocional. Segundo o autor, no desenvolvimento das sociedades modernas os homens voltaram-se para a razão - dominando os mundos social e natural -, enquanto que as mulheres voltaram-se para a emoção. Desde o século XIX é compreendido, por ambos os sexos, que os homens buscam status perante os outros homens, representado por recompensas materiais e rituais de solidariedade masculina. No entanto, salienta Giddens, para alcançar a posição que têm hoje no domínio público, os homens excluíram-se da transformação da intimidade, isto é, da “questão de comunicação emocional, com os outros e consigo mesmo, em um contexto de igualdade interpessoal” (Giddens, 1993, p.146), e tornaram-se emocionalmente dependentes das mulheres.

Conforme Giddens (1993), desde o início das transformações que afetam o casamento e a vida pessoal, os homens em geral mantiveram-se à parte. As mulheres, no entanto, enquanto revolucionárias emocionais da modernidade, vêm se movimentando para uma expansão do domínio da intimidade. Entretanto, o fato da divisão sexual do trabalho permanecer substancialmente intacta demonstra como os homens não estão dispostos a mudar. A resistência masculina adiará ainda por algum tempo os planos femininos de igualdade de poder e de intimidade. Obviamente, o poder está subordinado a certos interesses, inclusive materiais, que ajudam a explicar a conduta masculina. No entanto, para Giddens, à medida que o poder masculino está baseado nos préstimos econômicos e emocionais que as mulheres proporcionam, e na cumplicidade destas, os homens estão ameaçados.

Ao explicar sobre a dependência emocional dos homens sobre as mulheres, Giddens (1993) pontua que muitos homens ainda não estão prontos para amar os outros como iguais, em circunstâncias de intimidade. O autor, alega que estes indivíduos são capazes de oferecer amor e proteção somente “àqueles que lhes são inferiores em poder (mulheres e crianças) ou com quem eles compartilham um contato não regular (colegas, membros de uma fraternidade)” (Giddens, 1993, p.147). Ele pontua ainda que muito da sexualidade masculina é energizada por uma busca frustrada do amor, que ao mesmo tempo em que é desejado é temido. Por isso, o autor acredita que “muitos homens são incapazes de construir uma narrativa do eu que lhes permita chegar a um acordo com uma esfera da vida

peçoal cada vez mais democratizada e reordenada” (Giddens, 1993, p. 132).

Segundo Connell (2001), ao mesmo tempo em que há razões para que os homens, que constituem o grupo mais privilegiado, resistam a demandas sociais de mudança nas relações de gênero – vantagens econômicas, maior ascensão profissional, prestígio, poder de decisão etc. –, há também boas razões para que eles desejem alterar esta atual organização social. Dentre esses motivos destacam-se: o interesse dos homens pelo bem-estar das mulheres de suas vidas (esposa, amante, filha, mãe, companheira de trabalho, irmã, amiga); o custo para manter um sistema de opressão e desigualdade, incluindo homofobia, limitada vida afetiva e evasão da verdade; o alto preço para manter modelos de hegemonia masculina – competição, violência e brigas, acidentes industriais, acidentes em estradas, estresse, uma variedade de problemas de saúde, destruição ambiental; a perda de muitos prazeres e importantes experiências humanas, negadas à maioria dos homens pelo sistema patriarcal, incluindo cuidar e educar recém-nascidos e crianças, e expressar emoções livremente.

Segundo Levant (1996), os homens têm sido exigidos, dentre outras coisas, a se comprometer em relacionamentos, comunicar seus sentimentos mais íntimos, cuidar de crianças, dividir as tarefas domésticas, integrar sexualidade com amor, e restringir a agressão e a violência. São todos aspectos que conflitam com sua masculinidade tradicional, e geram neles mal estar.

Diante deste quadro, muitos autores acreditam que os homens, no mundo em geral, estariam vivendo uma crise da masculinidade como nunca vista antes. A pressão sobre os homens para agirem de formas que conflitam com a ideologia tradicional da masculinidade nunca foi tão grande. Esta situação tem levado muitos homens a sentirem-se desorientados e confusos, e diminuem, mais do que nunca, o orgulho em ser homem.